

DIÁLOGOS EPISTOLARES E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO: O MOVIMENTO DO FOLCLORE EM GOIÁS ATRAVÉS DE CARTAS (1948-1978)¹

Mônica Martins da Silva*

RESUMO: O movimento institucional do folclore em Goiás iniciou-se em 1948 com a criação da Comissão Goiana do Folclore (CGF), que por sua vez estava ligada à Comissão Nacional do Folclore (CNFL) instituída pelo IBECC/Unesco no ano anterior. Parte da história desse movimento pode ser discutida através do diálogo epistolar estabelecido entre os membros dessas comissões, especialmente entre os anos de 1948 a 1978, pois indica algumas características do movimento, sob o ponto de vista de seus secretários-gerais. Nesse sentido, as cartas expressam uma “escrita de si” que identifica particularidades na percepção dos folcloristas sobre o povo, a cultura e a história, bem como na construção de um campo intelectual próprio.

PALAVRAS-CHAVE: Folclore, Campo Intelectual, Cartas.

RÉSUMÉ : Le mouvement institutionnel du folklore dans Goiás s'est initié en 1948 avec la création de la Commission Goiana du Folklore (CGF), qu'à son tour il était lié à la Commission Nationale du Folklore (CNFL) institué par IBECC/Unesco dans l'année précédente. Partie de l'histoire de ce mouvement on peut discuter à travers du dialogue épistolaire établi entre les membres de ces commissions, spécialement entre les années de 1948 à 1978, donc il indique quelques caractéristiques du mouvement, sous le point de vue de leurs secrétaires généraux. Dans ce sens, les lettres expriment une « écriture d'elle » qui identifie des particularités dans la perception des folkloristes sur le peuple, la culture et l'histoire, ainsi que sur la construction d'un champ intellectuel propre.

MOTS-CLÉ: Folklore, Champ Intellectuel, Cartes.

A Comissão Goiana de Folclore (CGF) foi criada em 1948, no contexto de expansão da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) que havia sido criada no ano anterior como parte do IBECC/UNESCO, cujas atividades relacionavam-se a um amplo projeto da ONU que, no contexto do pós-guerra, pretendia elaborar uma cultura de paz e de união entre os povos. Esse projeto defendia com um dos caminhos possíveis para a sua concretização, a valorização da cultura, das artes, das tradições e do folclore, compreendidos como elementos primordiais da união dos povos e das raças. O resultado foi a criação de um movimento institucional que transformou o folclore em um tema que reuniu diferentes intelectuais de várias regiões do país que organizaram congressos, publicações, pesquisas, entre outras questões que dinamizaram o

¹ Este texto aborda uma pequena parte do segundo capítulo da tese de doutorado: *A Escrita do folclore em Goiás. Uma história de Intelectuais e Instituições (1940-1980)* defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília em 2008 e disponível integralmente no site www.bce.unb.br.

* Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB).

debate sobre a cultura brasileira, criando referências para pensá-la e defini-la em termos nacionais e regionais.

As interpretações feitas neste texto partem da análise da correspondência epistolar ativa e passiva da CGF e da CNFL, trocada entre as duas instituições durante os anos de 1948 a 1978 e são praticamente o único registro dessa experiência em Goiás, que consegue dar conta da dinâmica das relações estabelecidas. Contudo, as cartas não são utilizadas apenas para caracterizar o processo de institucionalização do folclore em Goiás, mas também para a compreensão das formas de estruturação de um campo intelectual que criou uma rede de sociabilidade e de interação entre os folcloristas goianos e cariocas com características próprias. Para a análise dessa correspondência entre os membros das comissões de folclore, como espaço privilegiado para a compreensão da sociabilidade intelectual, recorreu-se à noção de “campo de produção cultural” utilizada por Pierre Bourdieu (1990) para discutir as características do campo intelectual em relação aos demais campos analisados pelo autor. Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora dotado de todos os elementos presentes em outros campos, como as relações de força, os jogos políticos, as posições estratégicas, a disposição incorporada de algumas atitudes, o campo intelectual estaria dotado de uma percepção diferenciada que tem por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrências no interior do campo. Trata-se do capital simbólico, que é também o capital do reconhecimento ou de consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes ou instituições conseguiram acumular ao preço de um trabalho e de estratégias específicas (BOURDIEU, 1990, p. 170).

As cartas produzem registros que caracterizam o ponto de vista de seus autores, pois como é frequentemente caracterizado pela escrita de si, a dimensão da subjetividade de quem escreve é parte integrante da linguagem e também um produto da narrativa que elabora (GOMES, 2004). Sendo assim, a análise da correspondência epistolar entre as comissões citadas não tem o objetivo de recuperar a verdade desse movimento, e sim de discutir o que os autores das missivas dizem que viram, sentiram, experimentaram, retrospectivamente, em relação ao movimento do folclore em Goiás e no Brasil. Pois, conforme Chartier, a escrita das cartas, como qualquer outro documento, não poderia “nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante de categorias, esquemas de percepção e apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção” (CHARTIER, 1999, p.63).

A criação da CGF foi informada à Comissão Nacional do Folclore em carta enviada ao secretário-geral da entidade, Renato Almeida em dezembro de 1948. O remetente que teve

o cuidado de enviar uma carta redigida a mão, era Alceu Maynard Araújo, intelectual já conhecido no Rio de Janeiro, tarefa que lhe coube provavelmente, por ser membro da comissão nacional do Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (IBECC), instituição responsável pela criação das comissões regionais. A escrita da carta revela também a própria necessidade desses intelectuais de criarem vínculos entre si ou reforçarem os laços já existentes. É talvez por isso que o remetente faz questão de se colocar como um discípulo de Renato Almeida, reafirmando a própria hierarquia institucional, ao mesmo tempo em que atualizava as relações de amizade e respeito profissional. Desse modo, o documento indica alguns elementos significativos do tratamento dispensado nas correspondências epistolares desse período, bem como algumas características das relações entre esses intelectuais, que demarcavam a dinâmica interna do campo intelectual no qual estavam inseridos.

À frente da comissão, como secretário-geral, foi indicado o advogado Colemar Natal e Silva, que na época já era um intelectual reconhecido pela sua atuação na criação de importantes instituições culturais daquele período, como o Instituto dos Advogados de Goiás (1932), o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1933) e a Academia Goiana de Letras (1939), e já havia escrito os seus principais livros. Além disso, ele era o representante de Goiás no IBECC, o que certamente ampliou a sua visibilidade e o credenciou para ocupar o principal cargo da CGF, que incorporou como membros diversos outros intelectuais importantes que eram advogados, jornalistas e professores, sendo que muitos deles também eram escritores que já haviam construído interpretações sobre a história e a cultura do Estado, portanto já iniciados no campo das letras.

O diálogo epistolar entre as comissões só iniciou efetivamente, alguns anos depois da criação da CGF. Nessas correspondências, apesar de Colemar Natal e Silva expressar a existência de muitas dificuldades no processo de instituição do folclore em Goiás, seja pelas condições estruturais de Goiânia, a nova capital do Estado que havia sido inaugurada a poucos anos, seja dificuldade de arregimentação de novas pessoas interessadas no assunto, considerava a situação de Goiás muito apropriada para a organização de uma instituição de folclore, pois reuniria alguns elementos importantes para esse tipo de pesquisa, pois: “o nosso Estado, pouco caldeado pelo sangue estrangeiro, habitado na sua maior parte pelos filhos das três raças tristes - o português, o índio e o negro, apresenta um campo fecundo para as pesquisas folclóricas” (Carta nº 2 de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida em 25/05/1949).

Nesse trecho da carta, citado acima, percebe-se que o discurso das três raças é utilizado por Colemar Natal e Silva, possivelmente para expor a posição de um intelectual

moderno, que dominava os termos do novo campo em questão, ao mesmo tempo em que demarcava a importância da CGF em relação às demais comissões. Naquele momento, havia um grande interesse na elaboração de um amplo inquérito do folclore que mapearia o território brasileiro. Nesse sentido, Goiás seria uma região importante, como afirma Natal e Silva, pois o isolamento do lugar havia produzido um tipo racial privilegiado para o folclorista, o tipo humano que seria o produto das “três raças tristes”.

A mesma carta indicava, contudo, certa insatisfação com a composição inicial da Comissão e com a instabilidade do campo, já que afirmou desejar propor a ampliação da comissão, incluindo nela alguns “bons elementos que ficaram por fora”, pois considerava que a tarefa requeria “criar inicialmente uma mentalidade mais compreensiva de nossa ação e da importância dos nossos estudos e pesquisas.” Certamente, os intelectuais que, em sua opinião, possibilitariam esse trabalho não haviam sido incluídos na relação inicial. “Precisamos muito é dos entusiastas do assunto, ou para usar a gíria estudantil, dos ‘crentes’” (Carta nº 2 de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida em 25/05/1949).

Apesar de todo o entusiasmo de sua defesa, o remetente considerou que houve precipitação na sua escolha para a secretaria-geral da CGF, já que ele ocupava diversas outras funções: “Presidências que consomem todo o tempo disponível - a do Instituto Histórico e Geográfico, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, neste estado, a do conselho técnico da Faculdade de Direito, onde exerço ainda o professorado, e agora a da Comissão Estadual de Educação, Ciência e Cultura...” (Carta nº 2 de Colemar Natal e Silva para Renato Almeida em 25/05/1949).

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que as inúmeras atribuições de Colemar Natal e Silva serviam para justificar a sua dificuldade em gerir mais uma instituição cultural, como a CGF, serviam também para identificar o lugar social do qual falava, visto serem indicativas de seu prestígio e reconhecimento entre os seus pares, além de demonstrar sua versatilidade e capacidade em transitar por diferentes posições no campo intelectual.

As cartas, em sua grande maioria, eram datilografadas e frequentemente apareciam iniciais nos cantos das páginas que indicavam que o datilógrafo não era o remetente. Porém, no caso das correspondências enviadas por Renato Almeida, há indícios de que elas fossem ditadas ou rascunhadas por ele próprio, pois tinham sempre o mesmo tom, que combinava formalidade e cordialidade, e alternavam as cobranças próprias do trabalho institucional com o apelo apaixonado em defesa do folclore. Em geral, as suas cartas eram bem escritas, com poucos erros de datilografia e sempre organizadas por tópicos, indicando o perfil de um intelectual organizado, sistemático e metódico, mas que falava pouco de si. Na CGF, Colemar

era sempre bastante formal na sua escrita, embora frequentemente, ao dirigir-se a Renato Almeida, alternasse pronomes formais como “Excelentíssimo Senhor Professor Renato Almeida”, “Ilmo Sr. Prof Dr Renato Almeida” e “Prezado e mui ilustre amigo professor Renato Almeida”. Outras vezes, quando a correspondência era mais objetiva, o pronome de tratamento era apenas “Prezado senhor”, indicando que o datilógrafo pudesse ser algum de seus ajudantes. Frequentemente Renato Almeida recorria ao sentimento de comunhão e missão, como parte da organização do campo do folclore, para movimentar os membros das comissões regionais, como a de Goiás. Sendo assim, a formalidade, o respeito, a cordialidade e a ênfase no caráter missionário do movimento constituem alguns dos elementos componentes do *habitus* dos folcloristas e que podem ser percebidos nas cartas.

A temática dos congressos e das semanas de folclore sustentou boa parte do diálogo epistolar entre Colemar Natal e Silva e Renato Almeida, e outros secretários posteriores, visto que a organização desses eventos constituía um aspecto relevante dessa fase do movimento, e por isso fazia-se necessária a organização prévia, o que sempre solicitava dos secretários a preocupação com os detalhes de sua realização, desde a elaboração das temáticas a serem discutidas até a divulgação propriamente dita do evento.

A troca de cartas entre as comissões tinha como objetivos criar práticas comuns em torno do trabalho com o folclore, bem como ressaltar o trabalho das comissões consideradas exemplares, como as do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de São Paulo. Era também um recurso utilizado para demonstrar os caminhos a seguir, e, ao mesmo tempo, estimular a ampla divulgação local das diretrizes nacionais do folclore. Para garantir o prestígio e o respaldo necessários às comissões de folclore, Renato Almeida enfatizava ser preciso “aproveitar as possibilidades que estão sendo abertas aos nossos trabalhos, para incentivar, em todo o país, o interesse e o desvelo pelo folclore, principalmente entre os moços”. Nesse ponto, observa-se que havia um grande interesse na adesão dos jovens intelectuais para a causa do folclore, a exemplo do que já havia ocorrido durante o Estado Novo, quando a juventude era vista como a porta de entrada das vanguardas, por sua disposição para a transformação do país.

O diálogo epistolar entre Colemar Natal e Silva e Renato Almeida durou até o final do ano de 1950, quando o secretário goiano anunciou a sua saída da CGF, alegando dificuldades na organização dos trabalhos, já anunciadas em correspondências anteriores, em função da sua sobrecarga de trabalho que o impedia de se envolver com as questões propostas pela CNFL como os diversos congressos e semanas de folclore, e da dificuldade em arregimentar pessoas que se dispusessem a ajudá-lo na organização do trabalho. Além disso, faltavam

incentivos por parte do Estado para a viabilização cotidiana do trabalho administrativo da comissão, bem como verbas que possibilitariam a criação de um convênio do Estado com a CNFL para a organização do trabalho de estudo e pesquisa do folclore em Goiás.

Ao que parece, o processo de transição do cargo de secretário geral não foi fácil, visto que nesta correspondência Colemar indica que foi preciso fazer três reuniões para conseguir dar um novo rumo para a comissão e definir um novo quadro de membros cuja seleção incluiu nomes de intelectuais importantes, não apenas no campo da cultura, mas também no campo político como Jarbas Jayme, intelectual tradicional da cidade de Pirenópolis, José Peres Fontenelli que era representante da prefeitura, além do jornalista Oscar Sabino, na época diretor do departamento de cultura. Havia ainda novos membros ligados a diferentes instituições de ensino como a professora Maria França Gonçalves, que era diretora do Instituto de Educação, o padre Valentim Gricco que era diretor do colégio Ateneu Dom Bosco, além do Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, indicado para o cargo de secretário da CGF, que era também secretário da educação de Goiás na época. Essa composição, que admitia membros ligados ao campo da educação, possivelmente estava relacionada com grande interesse dos folcloristas, expressos na I Carta do Folclore Brasileiro, em incorporar o folclore como parte do currículo nacional brasileiro escolar, e, nesse sentido, promoviam cursos de formação voltados especialmente para professores para que, através deles, ocorresse uma grande transformação no ensino brasileiro que valorizaria o folclore como parte integrante da nação.

A correspondência de Renato Almeida com os dois secretários que sucederam Colemar Natal e Silva, respectivamente Cônego Trindade e Jarbas Jayme, foram esparsas e não aprofundaram a discussão do folclore, tal como ocorreu nas cartas anteriores. O pouco envolvimento dos novos secretários resultou em correspondências mais objetivas que indicavam a própria dificuldade de construção de um diálogo intelectual, no período, em torno das questões do folclore. As dificuldades de verbas e conseqüentemente a impossibilidade de atender os apelos de Renato Almeida que insistia na criação de um convênio estadual que amparasse o folclore, possivelmente fizeram esses intelectuais desistirem de atuar no campo. É possível que tivessem, também, outras razões, semelhantes às de Colemar Natal e Silva, porém o mais provável é que não viam naquela instituição um meio favorável para a obtenção do poder simbólico almejado e conseqüentemente dos capitais provenientes dessa ascensão.

Com a desistência dos secretários anteriormente mencionados, uma nova personagem, Regina Lacerda, ocupa o diálogo epistolar com a CNFL e ao que tudo indica assumiu essa função a partir do vazio estabelecido entre as comissões nacional e goiana do folclore. Ao

longo dos anos, foi construindo o seu lugar de fala a partir desse tema, seja através de sua disposição em colaborar com o envio de textos e comunicações à comissão nacional, seja através da publicação de matérias sobre folclore na imprensa regional, ou mesmo dos relatórios que passou a fazer para a Secretaria da Educação, da qual era funcionária, já que as atividades do folclore estavam subordinadas a esta secretaria.

Em 1955, ela ainda continuava a corresponder com Renato Almeida. Naquele ano a sua posição no campo havia mudado já que assumira o cargo de Diretora da Rádio Clube de Goiânia e o seu novo lugar de fala pode ser percebido a partir de posições definidas e ações mais autônomas. Contudo, diferentemente da formalidade empregada nas cartas anteriores enviadas pelos secretários Colemar Natal e Silva e Cônego Trindade, Regina Lacerda escreve uma missiva mais pessoal e despreocupada com as regras formais do campo. Ao final, Regina Lacerda assinava como Reg, a exemplo de outras correspondências que trocava com amigos e familiares.

O diálogo de Regina Lacerda com a CNFL se tornou freqüente a partir de 1961, quando Renato Almeida já havia deixado a CNFL e assumira em seu lugar Édison Carneiro. Nesse período, havia ocorrido uma modificação importante no movimento institucional do folclore no Brasil com a criação da CDFB (Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro) em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A Campanha, como foi chamada, atendia um apelo antigo dos folcloristas que era a institucionalização do folclore em âmbito federal, o que lhe garantia verbas para estudo, pesquisa, divulgação e proteção do folclore, congressos, formação de pessoal, entre outros. Com essa modificação na estrutura institucional, o secretário da CNFL passava a compor um conselho presidido pelo Ministério da Educação e Cultura do qual faziam parte outros quatro especialistas no assunto nomeados por portaria ministerial, sendo que um deles seria o Diretor Executivo da Campanha.

Em correspondência enviada a Regina Lacerda em 17 abril de 1961, Édison Carneiro demonstrou que os contatos com a CGF não haviam sido interrompidos já que afirma que estaria em Goiânia entre sexta ou sábado daquela semana, procedente de Brasília para tratar especialmente de assuntos diversos diretamente com ela, Regina Lacerda e o dr. Colemar, na época reitor da Universidade Federal de Goiás. O conteúdo do diálogo demonstra que naquele momento Regina Lacerda já era uma pessoa reconhecida nas discussões sobre folclore em Goiás já que, na viagem programada, Édison Carneiro pretendia tratar com ela da criação de uma seção de folclore no Museu do Estado -do qual ela era diretora- dentro das atividades da Campanha de Defesa do Folclore, assim como da participação numa pesquisa da região em torno de Brasília, para a defesa do folclore. Na época, Regina Lacerda já havia sido convidada

por Colemar Natal e Silva para lecionar um curso de folclore durante todo o ano letivo. Na correspondência, Édison Carneiro solicitava que a Universidade aceitasse professores enviados pela Campanha a fim de lecionar matérias especiais de folclore, mas já avisava que essas matérias não iriam concorrer com o curso de Regina já que seriam apenas sobre determinados aspectos do folclore (Carta nº 35 de Édison Carneiro à Regina Lacerda em 17/04/1961).

Alguns meses depois, Édison Carneiro retoma a escrita das cartas que ainda insistiam na realização do curso de folclore em Goiânia. Ao que parece, o curso pretendido na faculdade de filosofia da Universidade Católica não obteve êxito, o que fazia com que o investimento, se deslocasse para a Universidade Federal de Goiás que demonstrou interesse na sua realização. Em uma das correspondências, Édison Carneiro oferecia uma proposta de participação de um bolsista da Universidade em um curso de preparação de novos técnicos e especialistas em folclore que seria ministrado pela Campanha e que teria a chancela da Universidade do Brasil (Carta nº 40 de Édison Carneiro a Regina Lacerda em 16 de janeiro de 1962).

A resposta a esta correspondência só foi enviada mais de um mês depois. Frequentemente, Regina Lacerda se queixava do atraso dos correios que colaborava para que a troca das missivas durasse cerca de um mês. Nesta carta ela comentou a confirmação da bolsa concedida pelo reitor da Universidade Federal para o curso de folclore que seria realizado no Rio de Janeiro e para o qual haviam escolhido uma candidata para assistir os cursos e representar Goiás

Na mesma data da correspondência anterior, Regina Lacerda enviara outra correspondência para Édison Carneiro. Eram tantos assuntos que precisavam ser tratados ao mesmo tempo, que a dupla correspondência era plenamente justificada. Nesta, comentava especificamente a carta recebida em 08 de fevereiro na qual Édison Carneiro propõem ao Reitor da Universidade Federal de Goiás a realização de um curso de folclore. Na resposta, percebe-se que Regina tornara-se a principal interlocutora das instituições, pois levava as cartas, indagava sobre as opiniões a respeito das propostas da CDFB, ao mesmo tempo em que encaminhava as respostas ao Rio de Janeiro. Dessa forma, ia se afirmando no campo intelectual, já que aproveitava a condição de organização da nova instituição. No caso específico dessa carta, anunciava que a reitoria acabava de comunicar-lhe a deliberação do curso. Ao que parece, a decisão foi estimulada pela oferta da sua colaboração pessoal bem como da estrutura do Museu Estadual do qual ela era diretora na época, pois segundo ela: “A universidade encontra-se em fase de organização no que se refere à Administração, Reitoria e

órgãos complementares. Lá existe boa vontade, muito trabalho e pouca gente para os serviços” (Carta nº45 de Regina Lacerda a Édison Carneiro em 09/02/1962).

Nos anos seguintes, as correspondências vão marcando a transformação na estrutura do próprio movimento nacional que entrara em crise, em função da tensão provocada com a ascensão dos militares à presidência da República. Esse fato culminou com o afastamento de Édison Carneiro, sob quem recaíam várias suspeitas de apoio ao movimento comunista. Em seu lugar, assumiu novamente Renato Almeida, figura muito mais conservadora e sob quem, segundo Vilhena (1997), não recaíam suspeitas. Contudo, para este autor, essa nova fase caracterizaria o fim do movimento do folclore nacional.

Em 06 de agosto de 1964, Regina Lacerda voltou a se comunicar com Renato Almeida comentando correspondência enviada em 28 de julho onde certamente ele expunha as mudanças que haviam ocorrido naquele período. Logo de início, ela lamenta a saída de Édison Carneiro, embora em seguida, afirme que estavam recompensados com a sua entrada para a direção da Campanha. A carta tinha como objetivo expor as atividades realizadas, possivelmente atendendo a um pedido de Renato Almeida que desejava se inteirar do trabalho das comissões. O trecho pode ser interpretado como uma forma de escrita de si de Regina Lacerda, já que a maioria das ações é descrita em primeira pessoa. A correspondência atendia também a outras solicitações como a idéia de um levantamento de fatos folclóricos, além da intenção da realização do VI Congresso de Folclore e ao que parece imaginavam que ele poderia ocorrer em Goiânia.

Essa nova fase do movimento do folclore é representada na correspondência entre Regina Lacerda e Renato Almeida, através de diálogos tensos que expressavam tanto a preocupação de Renato Almeida com as limitações de atuação da CDFB, como as inseguranças de Regina Lacerda em relação às mudanças internas na estrutura administrativa do Estado, que já haviam afastado muitos de seus colaboradores. Além disso, a imprevisibilidade impossibilitava o planejamento de novas atividades. Nesse período, o diálogo epistolar se torna esparso e o pessimismo diante dos novos temas pode ser percebido nas entrelinhas dos textos.

Em 1978, mais de dez anos da última correspondência enviada por Renato Almeida, há uma única correspondência enviada como ofício de Manuel Diégues Junior para Regina Lacerda na qual encaminha os Estatutos das Comissões de Folclore. Logo de início, percebe-se que os elementos que compunham os antigos diálogos epistolares, haviam desaparecido.

Essa nova formação da CGF indicava que o campo do folclore, neste período, não estava mais restrito aos intelectuais das instituições culturais tradicionais, visto que vários de

seus membros eram professores da Universidade Federal de Goiás. Contudo, nos anos de 1970, a CGF se tornou uma instituição de caráter consultivo, visto que as verbas públicas destinadas ao folclore serão geridas pelo Instituto Goiano do Folclore, instituição criada em 1964 no âmbito estadual para promover o estudo e a proteção do folclore em Goiás.

Apesar do desânimo explicitado em carta enviada por Regina Lacerda a Bráulio Nascimento em 1977, Regina Lacerda irá continuar a presidir a CGF até o final dos anos de 1970, embora, a partir daí, amplie a sua inserção nos novos projetos criados pelas políticas culturais dos anos de 1970, ampliando as relações entre o folclore e as novas demandas políticas deste período como o planejamento, o turismo e as políticas de desenvolvimento.

A correspondência epistolar, meio relevante de comunicação entre os folcloristas durante boa parte do movimento institucional, desapareceu ao mesmo tempo em que novas relações se instituía e procuravam se afirmar por outros meios.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renato. *Tablado Folclórico*. São Paulo: Editora Ricordi, 1961.

_____. *Manual de Coleta Folclórica*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1965.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. MICELI, Sérgio (seleção e organização), 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. .

CAVALCANTI, Maria Laura V. de Castros; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore*. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 3, n. 5, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. In: *Estudos Históricos*, vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro: FVG. 1995.

_____. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

GOMES, Angela de Castro. (org.). *Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freire*. In *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. *Introdução*. In *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. (Org.). *Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história*. In *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

LACERDA, Regina. *Vila Boa - folclore*. Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1957.

_____. *Papa Ceia*. Notícias do Folclore Goiano. Goiânia: Oriente, 1968.

_____. *Traços da Cultura Portuguesa em Goiás*. In: *Revista Brasileira do Folclore*. Rio de Janeiro, MEC, 1968.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS). *Reverendo Regina Lacerda*. Cadernos de fotografia n. 4. Goiânia: AGEPEL / Agência Goiana de Cultura. 1993.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva (Org.). Goiânia: Cegraf/UFG, 1992. *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*.

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho D'água, s/d.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte /Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. A cultura brasileira cordial dos folcloristas. In: BIRMAN, et. al. *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.